MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria-Geral

Declaração

De harmonia com as normas publicadas no *Diário do Governo* n.º 30, 1.ª série, de 6 de Fevereiro de 1948, em vigor por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 698, de 17 de Novembro de 1962, com a rectificação publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 24 de Maio de 1965, e com o despacho ministerial de 5 do corrente mês, passaram a ser adoptadas as directivas monetárias seguintes para as transacções de comércio externo entre a zona monetária portuguesa e a zona de ocupação soviética da Alemanha:

Moeda de liquidação

Exportação:

Escudos (c/ clearing) ou mark da Deutsche Demokratische Republik (c/ clearing).

Importação:

Mark da Deutsche Demokratische Republik (c/ clearing).

Secretaria-Geral do Ministério, 6 de Junho de 1968. —
O Secretário-Geral, *Aureliano dos Anjos Felismino*.

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 48 441

Considerando o que informou o Ministério da Economia; Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É prorrogado até 31 de Dezembro de 1969 o prazo de importação, com isenção de direitos, das peças mencionadas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 362, de 31 de Maio de 1965.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1968. —
AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Jorge Martins da Mota Veiga* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *Mário Júlio de Almeida Costa* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *José Albino Machado Vaz* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *Inocência Galvão Teles* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.

Decreto n.º 48 442

Considerando que a Convenção Aduaneira Relativa às Facilidades Concedidas para a Importação de Mercadorias Destinadas a Serem Apresentadas ou Utilizadas em Exposições, Feiras, Congressos ou Manifestações Semelhantes, celebrada em Bruxelas em 8 de Junho de 1961, de que Portugal é parte contratante, tem por objectivo desenvolver o comércio internacional e, ao mesmo tempo,

também, favorecer o intercâmbio de ideias e de conhecimentos, uma vez que não abrange apenas as manifestações de carácter comercial, mas igualmente as de carácter técnico, científico, educativo e cultural;

Considerando que as vantagens resultantes da citada Convenção ficarão comprometidas se para efeito do processamento do despacho de importação definitiva se não permitir o regime de cedência;

Considerando que a entrada no consumo de mercadorias importadas temporariamente não prejudicará os interesses do País uma vez que se apliquem às mercadorias em causa as condições e formalidades previstas nas leis e regulamentos nacionais para idênticas mercadorias importadas directamente do estrangeiro;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São inseridos, com a redacção seguinte, no Regulamento das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 31 730, de 15 de Dezembro de 1941, o artigo 307.º-A e seu § único:

Art. 307.º-A. As mercadorias importadas temporariamente que se pretenda introduzir no consumo podem ser cedidas pelo importador a outrem, desde que este preste a competente garantia.

§ único. O despacho de importação definitiva processar-se-á em nome do adquirente, mediante prévia autorização exarada em requerimento por ele dirigido aos directores das alfândegas, acompanhado de uma declaração de cedência das mercadorias em causa.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1968. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 48 443

Considerando a necessidade de garantir às instalações das baterias fixas de Ponta Delgada (baterias da Castanheira, da Relva e de Belém) e outros órgãos de defesa costeira nas suas imediações as medidas de segurança indispensáveis e a possibilidade de execução das missões que lhes competem;

Considerando a conveniência de promover a protecção das pessoas e dos bens nas zonas confinantes com aquelas instalações;

Considerando o disposto nos artigos 1.º, 6.º, alínea a), 8.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955, e as disposições do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de Outubro de 1964;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Ficam sujeitos a servidão militar os terrenos confinantes com as baterias da Castanheira, da Relva e de Belém e órgãos anexos, compreendidos.

- 1) Nos círculos de raio igual a 100 m com centro nas peças e respectivos observatórios e postos de comando;